XXI Encontro Nacional da ANPUR
Curitiba
19 a 23 de Maio de 2025
Ideias, políticas e práticas em territorialidades do Sul Global

# DESIGUALDADES, VULNERABILIDADES, INTERSECCIONALIDADES: SOBRE OS ATRIBUTOS DA 'DESTITUIÇÃO' NO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

**Angélica A. Tanus Benatti Alvim**
PPGAU - FAU MACKENZIE | angelica.alvim@mackenzie.br
**José Almir Farias**
PPGAUD-UFC | almirfarias@ufc.br

**Resumo geral:**

Esta sessão livre se propõe a explorar as múltiplas formas de destituição que se manifestam no espaço urbano brasileiro, a partir de três interseções essenciais: desigualdades socioeconômicas, vulnerabilidades socioambientais e interseccionalidades urbanas. Essas dimensões, quando entrelaçadas, revelam a complexidade da contemporaneidade, caracterizada pelo agravamento das desigualdades sociais, o aumento de eventos climáticos extremos e a persistência de opressões relacionadas a gênero, raça e diversidade social.

Aqui o conceito de destituição refere-se à despossessão (Butler, 2024), à ausência ou violação de direitos, à exclusão de identidades urbanas, à subordinação das pessoas a estruturas de poder. A destituição é um processo em que é negado a indivíduos ou grupos o acesso, controle ou uso de recursos urbanos essenciais, como habitação, serviços públicos, e mesmo a própria cidadania. A destituição no espaço urbano é, portanto, um fenômeno multifacetado que atravessa várias áreas do saber. A relação entre a perda de direitos e a despossessão material e simbólica no espaço urbano produziu múltiplas diferenciações e perspectivas de análise, resultando nas formulações de três conceitos consagrados: desigualdade, vulnerabilidade e interseccionalidade.

As desigualdades socioeconômicas no contexto urbano não se limitam a disparidades de renda ou de acesso à moradia. Elas incluem o acesso desigual a serviços básicos, como saúde, educação e transporte, e resultam em uma segregação espacial que desloca populações de baixa renda para as periferias, onde a infraestrutura é frequentemente insuficiente. Esse processo de destituição, que confina comunidades inteiras em áreas de menor prestígio urbano e condições precárias, aprofunda o ciclo de pobreza e marginalização, com impactos severos sobre a qualidade de vida e o desenvolvimento humano. Referências como as de David Harvey (2014) sobre a produção desigual do espaço urbano e de Milton Santos (2000)

sobre a urbanização excludente no Brasil ajudam a contextualizar esses processos de segregação.

As vulnerabilidades socioambientais intensificam esse cenário de destituição, especialmente diante das mudanças climáticas que agravam a ocorrência de desastres naturais, como enchentes e deslizamentos. As áreas urbanas mais vulneráveis, onde habitam comunidades marginalizadas, são as que mais sofrem com esses eventos extremos. A falta de infraestrutura adequada e de políticas de prevenção coloca essas populações em situação de risco constante, perpetuando um ciclo de injustiça ambiental (Acselrad, 2009). A resiliência urbana, nesse sentido, se torna um conceito central para o planejamento urbano contemporâneo, alinhando-se a autores como Mark Pelling (2011), que destaca a importância de cidades adaptáveis e preparadas para crises climáticas, e Henri Lefebvre (2001), que argumenta pela necessidade de repensar o direito à cidade em cenários de crise ambiental.

A perspectiva da interseccionalidade é crucial para uma análise mais completa da destituição urbana. As identidades de gênero, raça, classe e sexualidade, entre outras, não operam isoladamente; elas se cruzam e se sobrepõem, criando experiências de opressão únicas para indivíduos que possuem múltiplas identidades marginalizadas. Mulheres negras, por exemplo, enfrentam não apenas o racismo e o sexismo, mas também desafios adicionais de acesso a serviços e a espaços urbanos seguros. Nos bairros periféricos, essa interseccionalidade exacerba a precariedade da micromobilidade e limita o acesso a direitos fundamentais, como trabalho, educação e saúde, reforçando os padrões de exclusão e opressão. Contribuições de Collins e Bilge (2021), Falú (2009) e Haraway (2023), fornecem uma parte da base teórica para entender as experiências urbanas interseccionais e a necessidade de cidades mais inclusivas.

Neste contexto, a destituição do espaço urbano no Brasil não se resume a uma falta de recursos materiais; é um fenômeno complexo, resultante da interação de fatores socioeconômicos, ambientais e identitários. Combinando dados censitários sobre favelas brasileiras e investigações sobre deslocamentos internos causados por crises climáticas, a sessão busca mapear as condições de vulnerabilidade dessas comunidades e discutir estratégias para a criação de políticas urbanas inclusivas. Tais políticas devem reconhecer a diversidade social e promover a equidade no acesso a oportunidades e serviços, construindo cidades mais justas e resilientes para todos.

Suzana Pasternak (PPGAU/FAUUSP) sintetiza a evolução das favelas como expressão das desigualdades estruturais e territoriais. Utilizando dados do Censo de 2022 do IBGE, recém-lançado, a autora destaca o aumento de 43,8% na população dessas áreas desde 2010 e argumenta que políticas habitacionais inclusivas, regularização fundiária e urbanização integrada são essenciais para transformar esses territórios em espaços de oportunidade.

Angélica Benatti Alvim (PPGAU/UPMackenzie) explora os impactos do Desenvolvimento Orientado ao Transporte (DOT) na Região Metropolitana de São Paulo. Por meios de análises que combinam dados censitários, imobiliários e da Pesquisa Origem-Destino de 2014, a

autora ressalta como a expansão do metrô, ao promover valorização imobiliária, frequentemente reforça desigualdades espaciais e exclui populações vulneráveis.

James Miyamoto (PROURB/UFRJ) investiga os impactos das mudanças climáticas em assentamentos precários na América Latina, com foco em comunidades no Rio de Janeiro. Ele apresenta o conceito de "sindemia" para descrever a sobreposição de desigualdades, vulnerabilidades sociais e climáticas, e propõe estratégias que articulem teoria e prática para assegurar o direito à moradia e a resiliência comunitária.

Nirce Saffer Medvedovski (PROGRAU/UFPEL) analisa a vulnerabilidade socioambiental em Pelotas (RS), destacando as enchentes de 2024 como exemplo de como eventos extremos afetam comunidades marginalizadas. Ela sugere o reconhecimento de práticas culturais locais e ações que garantam a permanência dessas comunidades em seus territórios.

José Almir Farias (PPGAUD/UFC) encerra a sessão analisando como marcadores sociais, como gênero e raça, se cruzam no espaço urbano, perpetuando as desigualdades e criando exclusões específicas. Ele propõe o uso de ferramentas digitais, como SIGs e cartografia participativa, para mapear essas interseccionalidades e orientar políticas públicas inclusivas, promovendo justiça social e espacial.

Ao reunir pesquisadores de diversas instituições, localizadas em regiões distintas do Brasil, pretende-se debater pesquisas teóricas e empíricas sobre tais dimensões, demonstrando assim múltiplos olhares sobre a destituição do espaço urbano no Brasil. Reforça-se a necessidade de ações integradas que reconheçam a complexidade das desigualdades, vulnerabilidades e interseccionalidades, contribuindo para a construção de cidades mais justas, resilientes e equitativas.

**Palavras-chave**: destituição, espaço urbano, desigualdades socioeconômicas, vulnerabilidades socioambientais, interseccionalidades espaciais.

# DESIGUALDADES NO ESPAÇO URBANO: A EVOLUÇÃO DAS FAVELAS E OS DESAFIOS DAS CIDADES BRASILEIRAS

**Suzana Pasternak**
PPGAU FAUUSP | suzanapasternak@gmail.com

**Resumo:**

Este estudo analisa as desigualdades no espaço urbano brasileiro, destacando a evolução das favelas como expressão das dinâmicas de exclusão social e territorial. O crescimento dessas áreas reflete um agravamento das desigualdades estruturais e das condições de precariedade em muitas cidades brasileiras. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população residente em favelas aumentou em aproximadamente 43,8% desde 2010, passando de 11,4 milhões para 16,4 milhões de pessoas, o que equivale a 8,1% da população nacional. O número de favelas também cresceu significativamente, chegando a 12.348 comunidades urbanas espalhadas por 656 municípios.

Esse crescimento é acompanhado por profundas disparidades regionais. A maior concentração de favelas está na Região Sudeste, com quase metade do total (48,7%), seguida pelas Regiões Nordeste (26,8%) e Norte (11,6%). Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco concentram as maiores quantidades dessas comunidades, enquanto regiões como o Centro-Oeste apresentam números mais reduzidos, refletindo a desigualdade espacial no desenvolvimento urbano brasileiro.

As favelas continuam a ocupar uma posição paradoxal no espaço urbano: situadas muitas vezes próximas a polos econômicos, permanecem segregadas e marginalizadas. A ausência de políticas públicas que considerem suas especificidades agrava essa exclusão, restringindo o acesso de seus moradores a serviços essenciais, como saneamento, saúde, educação e transporte. Além disso, o aumento da população nessas áreas evidencia a precarização contínua e a falta de infraestrutura urbana integrada.

O estudo reflete sobre a necessidade de adotar uma abordagem territorial multiescalar, que combine políticas habitacionais inclusivas, regularização fundiária e urbanização integrada, com o fortalecimento das redes comunitárias e a valorização das especificidades locais. Essas ações devem ser acompanhadas de estratégias de mitigação das desigualdades e de promoção da resiliência ambiental e social. Conclui-se que os dados do Censo Demográfico reforçam a urgência de ações coordenadas para enfrentar o desafio das favelas e garantir o direito à cidade. Transformar esses territórios em espaços de oportunidade e inclusão é um passo necessário para construir cidades brasileiras mais justas, resilientes e sustentáveis.

*

# DESIGUALDADES E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO: O PAPEL DO METRÔ NA MOBILIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

**Angélica A. Tanus Benatti Alvim**
PPGAU - FAU MACKENZIE | angelica.alvim@mackenzie.br

**Resumo:**

A mobilidade urbana é um direito essencial, diretamente ligado à justiça social e à sustentabilidade urbana. Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a expansão do transporte público, especialmente das linhas de metrô, tem sido um eixo central nas políticas urbanas. O Plano Diretor Estratégico (PDE), instituído pela Lei Municipal nº 16.050 de 2014, adota o conceito de Desenvolvimento Orientado ao Transporte (DOT), promovendo adensamento populacional e uso misto ao longo dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana (EETU) de modo a integrar transporte e uso do solo, reduzir a dependência de veículos particulares e fomentar uma urbanização mais inclusiva (Calthorpe, 1993; Cervero, 1993; Alvim *et al.*, 2022).

Apesar das inovações propostas pelo PDE 2014, como incentivos urbanísticos e contrapartidas nos EETU, dados indicam que os benefícios do DOT não têm sido distribuídos de forma equitativa. Apesar da tentativa de integração entre transporte e uso do solo, a especulação imobiliária e a valorização do solo nas áreas de influência do metrô reforçam desigualdades socioespaciais (Costa & Santoro, 2024).

Este estudo examina as desigualdades socioespaciais associadas à implantação das linhas de metrô em São Paulo, considerando os incentivos promovidos pelo Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014 nas ZEUs. A análise empírica utilizou dados demográficos (IBGE, 2010; 2022), fiscais e imobiliários (PMSP, 2022) para examinar variações populacionais, área construída e valorização imobiliária em setores delimitados pelas áreas de influência do metrô. Os dados da Pesquisa Origem-Destino de 2024 (Metrô, 2024) corroboram para analisar qual é a população beneficiada pela implantação das novas linhas de metrô nas áreas periféricas e como se deslocam as populações que residem nos extremos da metrópole onde não existe infraestrutura de transporte de alta capacidade.

Os resultados indicam que, nas áreas centrais, onde a infraestrutura metroviária está consolidada, o aumento populacional foi pouco expressivo, mas a área construída e os valores imobiliários subiram significativamente. Em contraste, na periferia da cidade, a expansão do metrô apresenta efeitos limitados na promoção da mobilidade da população, e a valorização imobiliária resultante da proximidade do metrô frequentemente eleva os custos dos imóveis,

deslocando os moradores locais para regiões mais distantes e carentes de infraestrutura de transporte público. Esse processo reforça barreiras socioespaciais e dificulta o acesso ao direito à mobilidade. A insuficiência de infraestrutura urbana, como saúde, educação e saneamento, também aprofunda as desigualdades no espaço metropolitano.

Conclui-se que, sem articulação entre políticas habitacionais inclusivas, regulação imobiliária e infraestrutura pública, o direito à mobilidade permanecerá desigual, perpetuando as exclusões no espaço urbano.

*

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: IMBRICAÇÕES DE VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS

**James Miyamoto**
PROURB FAU-UFRJ | james@fau.ufrj.br

**Resumo:**

Neste trabalho, as vulnerabilidades socioambientais são analisadas a partir de um tema central reunindo uma rede interdisciplinar de pesquisa: "Mudanças climáticas e assentamentos precários na América Latina". Trata-se de um conteúdo representativo da urgência e da atualidade da ecologia terrestre, em diferentes escalas e dimensões, sociais, econômicas, culturais e ambientais, dentre outras. Representa a expressão das permanências e transformações no tempo e no espaço que resulta da interferência antrópica nos meios naturais originais, com destaque, para os últimos duzentos anos.

Na América Latina, essa investigação revela preocupação com as iniquidades socioeconômicas e outros desequilíbrios opressivos e históricos que se refletem nas cidades da região. O objetivo primário deste estudo é analisar como eventos climáticos extremos impactam na realidade urbana de assentamentos informais, resultando em indicadores que ampliam as vulnerabilidades socioambientais. Os objetivos específicos são: compreender como fenômenos decorrentes das mudanças climáticas interferem especificamente em assentamentos urbanos populares, onde há pouco ou nenhum planejamento formal; estudar como a superposição de vulnerabilidades urbanas presentes nesses territórios pode impactar nas condições de habitabilidade frente às mudanças climáticas.

O estudo de caso a ser apresentado vincula-se a assentamentos precários na região de Acari e no Complexo de Favelas da Maré na região metropolitana do Rio de Janeiro. No contexto a ser apresentado, há grupamentos representativos do tema que apresentam fragilidades edilícias, carência de infraestrutura urbana, proximidade de cursos ou espelhos d´água, dentre outros aspectos. Esta sobreposição de comorbidades sociais pode ser conceituada como

"sindemia". Merril Singer (1996) cunhou esta expressão, que pode ser reconhecida em um conjunto de condições epidêmicas e endêmicas que se relacionam com uma série de determinantes "não médicas", mas de natureza político-econômica e social.

É uma realidade de imbricações de problemas que vulnerabilizam estruturas materiais e imateriais e ameaçam vidas, aqui na especificidade da questão socioclimática. Esta iniciativa contempla os segmentos do ensino, pesquisa e extensão nos quais há a participação de uma rede de diversas instituições acadêmicas nacionais e internacionais e organizações do terceiro setor, como o Observatório de Favelas/RJ e a Pastoral de Favelas. Estas ONGs cuidam para que seja assegurada uma rede de apoio às comunidades na defesa do direito à moradia adequada, assim como o apoio institucional da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Assim, articula-se teoria e prática na abordagem das questões urbanas locais e regionais, em função da relação entre mudanças climáticas e assentamentos precários.

*

## VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: ONDE OS DADOS CONVERGEM – O CASO DE UMA CIDADE DE PORTE MÉDIO DO SUL DO SUL

**Nirce Salfer Medvedovski**
PROGRAU/UFPEL l nirce.sul@gmail.com

**Resumo:**

Nos últimos 20 anos, a política habitacional de Pelotas/RS, mesmo reconhecendo-se diferenças entre os sucessivos mandatos, caracterizou-se pelo caráter marginal da urbanização de favelas na agenda local. As ações privilegiadas referiam-se à provisão habitacional e à requalificação da infraestrutura da cidade, como o PAC Pavimentação, que asfaltava vias públicas urbanas e era visto como um símbolo de desenvolvimento da cidade. Com fraca adesão ao PAC_UAP – Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários, uma secretaria de habitação, com sua capacidade técnica esvaziada, passou a adotar a política de regularização fundiária incompleta como praticamente a única ação em curso.

Os dados atuais do IBGE revelam que, na cidade de 325 mil habitantes, mais de 36 mil pessoas residem em favelas em Pelotas, número que corresponde a 11,2% do total da população do município. Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o percentual da população que vive em favelas é de 3,8% e, no Brasil, de 8,07%. Um histórico de economia baseada na mão de obra escrava para a produção do charque, em uma região de latifúndios agropecuários, traz à tona as origens da cidade em uma condição de forte desigualdade social e econômica.

Isso reflete-se em um extenso déficit qualitativo, simultaneamente originado em um histórico de produção de loteamentos municipais em terras públicas, com urbanização incompleta, seguido de um esforço de regularização fundiária, e em uma ocupação de áreas ribeirinhas por comunidades tradicionais, sem que as suas condições de urbanização e permanência se efetivassem como política pública.

Com o advento de eventos climáticos extremos, essas condições das áreas ribeirinhas e dos loteamentos populares se agravam. As comunidades residentes foram duramente atingidas pelos eventos de maio de 2024 no Rio Grande do Sul. Uma enchente estacionária, oriunda das intensas chuvas nas cabeceiras das bacias do centro do estado, represadas na Lagoa dos Patos, deslocou essas comunidades para abrigos, onde permaneceram por mais de um mês fora de suas residências, muitos sem condições de retorno.

O cruzamento dos dados dos 20% da população de menor renda com os 20% dos estratos mais altos revela a disputa por um território frágil: zonas alagadiças às margens dos cursos d'água, de elevado potencial paisagístico e de relação com as águas circundantes.

Frente aos acontecimentos, a sociedade civil se organiza, e o Movimento Reconstrução Cidadã assume a defesa das comunidades atingidas, inicialmente pelo atendimento às condições imediatas de sobrevivência e, posteriormente, na busca de sua permanência em seus territórios tradicionais. O encaminhamento do Projeto de Lei de reconhecimento das comunidades tradicionais de pesca artesanal e ribeirinhas estabelecidas no município de Pelotas, tornando suas práticas, saberes ancestrais e modo de vida integrantes do patrimônio cultural de natureza material e imaterial de Pelotas, é a estratégia imediata que se estabelece no aguardo de novos tempos para o momento político local.

*

## INTERSECCIONALIDADES ESPACIAIS: MÉTODOS DE REGISTRO

**José Almir Farias**
PPGAUD-UFC | almirfarias@ufc.br

**Resumo:**

No campo dos estudos urbanos, o conceito de interseccionalidade emerge como um dispositivo relevante para se compreender como diferentes marcadores sociais – gênero, raça, classe, sexualidade deficiência e outros –, interagem para moldar as experiências de grupos marginalizados no espaço da cidade. Uma vez que essas identidades não devem ser analisadas isoladamente, mas sim como elementos que se cruzam e se acumulam, há o desafio de conceber a representação do fenômeno em contextos espaciais. Este artigo busca

inventariar e refletir sobre as diferentes estruturas metodológicas imaginadas para identificar e analisar como essas interseccionalidades se manifestam no espaço urbano.

Inicialmente, destaca-se a ausência histórica de dados sobre identidade, diversidade e inclusão no planejamento urbano tradicional, que frequentemente omitiu as especificidades vividas por grupos vulneráveis que sofrem uma perda de reconhecimento social. Tal lacuna reforçou as desigualdades físico-espaciais, resultando na criação de cidades hostis às necessidades e vivências de populações em situações de despossessão, de marginalização ou opressão (Rovere e Souza, 2023; Kern, 2021).

Na segunda arte, explora-se as abordagens de registros visuais, focando particularmente o potencial das tecnologias digitais (Kwan, 2009; Paláez-Sanchez, 2023). Os Sistemas de Informação Geográfica (SIGs), as plataformas de cartografia participativa e mesmo dispositivos analógicos experimentais são ferramentas que permitem mapear, de forma dinâmica e multiescalar, as interações entre marcadores sociais e as condições urbanas, revelando padrões de segregação, exclusão ou resistência que seriam difíceis de captar por métodos tradicionais (Acserald, 2008). Exemplos práticos incluem leituras geográficas feministas e de gênero, mapas interativos que combinam dados e informações para identificar áreas de vulnerabilidade ou pontos de resistência e redes de apoio comunitário.

Por fim, discute-se como o uso de metodologias interseccionais cria novas possibilidades de visibilidade para questões urbanas negligenciadas, desafiando práticas hegemônicas no planejamento e design urbano (Brown e Knopp, 2008; Treger e Gieseking, 2024). Essas metodologias, ao revelar a complexidade das experiências urbanas, não apenas contribuem para uma compreensão mais ampla da diversidade e das questões identitárias nos espaços urbanos, mas também servem como base para a formulação de políticas públicas territoriais mais equitativas.

Por outro lado, há um caminho de aprimoramento a percorrer. É necessário que futuros estudos avancem na integração entre métodos qualitativos e quantitativos, promovendo uma abordagem interdisciplinar que integre a interseccionalidade aos desafios urbanos para repensar as relações sociais, políticas e econômicas, e refletir sobre a nossa vulnerabilidade compartilhada e responsabilidade mútua.

*